

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	49
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	50
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	51
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	85.937
Preferenciais	145.450
Total	231.387
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	185.347	192.546
1.01	Ativo Circulante	8.457	7.141
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5	270
1.01.03	Contas a Receber	5.538	4.844
1.01.03.01	Clientes	3.389	3.550
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.149	1.294
1.01.03.02.01	Títulos a Receber	248	204
1.01.03.02.02	Adiantamentos a Fornecedores	1.901	1.090
1.01.04	Estoques	818	657
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.540	1.163
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.540	1.163
1.01.07	Despesas Antecipadas	556	207
1.02	Ativo Não Circulante	176.890	185.405
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	80.923	86.381
1.02.01.03	Contas a Receber	1.662	7.997
1.02.01.03.01	Clientes	1.662	7.997
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	60.013	58.831
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	19.248	19.553
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	5.627	5.613
1.02.01.09.04	Bancos C/Caução APPA	60	60
1.02.01.09.05	Impostos Diferidos	13.561	13.880
1.02.02	Investimentos	230	230
1.02.02.01	Participações Societárias	230	230
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	230	230
1.02.03	Imobilizado	95.644	98.670
1.02.04	Intangível	93	124
1.02.04.01	Intangíveis	93	124

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	185.347	192.546
2.01	Passivo Circulante	50.513	49.781
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.725	2.965
2.01.02	Fornecedores	13.503	12.553
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.503	12.553
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.506	7.717
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	1.067
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	1.067
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	6.650
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	33	144
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	33	144
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	33	144
2.01.05	Outras Obrigações	22.105	25.163
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	243
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	243
2.01.05.02	Outros	22.105	24.920
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	12.857	12.576
2.01.05.02.05	Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio	9.192	12.301
2.01.05.02.20	Demais Contas a Pagar	56	43
2.01.06	Provisões	1.641	1.239
2.01.06.02	Outras Provisões	1.641	1.239
2.01.06.02.04	Provisões Contratuais APPA	1.641	1.239
2.02	Passivo Não Circulante	15.299	14.883
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	57	67
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	57	67
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	57	67
2.02.02	Outras Obrigações	8.603	8.079
2.02.02.02	Outros	8.603	8.079
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	8.561	8.079
2.02.02.02.04	Obrigações Sociais	42	0
2.02.03	Tributos Diferidos	3.892	4.083
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.892	4.083
2.02.04	Provisões	2.747	2.654
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.747	2.654
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.197	2.230
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	331	330
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	219	94
2.03	Patrimônio Líquido	119.535	127.882
2.03.01	Capital Social Realizado	140.013	140.013
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-28.086	-20.057
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	7.608	7.926

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.997	36.817
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-17.241	-28.018
3.03	Resultado Bruto	-1.244	8.799
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.817	-27.357
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.939	-9.224
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-2.878	-18.133
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-9.061	-18.558
3.06	Resultado Financeiro	461	-2.389
3.06.01	Receitas Financeiras	1.977	1.618
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.516	-4.007
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.600	-20.947
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	253	6.772
3.08.02	Diferido	253	6.772
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-8.347	-14.175
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-8.347	-14.175
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,0361	-0,0613

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-8.347	-14.175
4.03	Resultado Abrangente do Período	-8.347	-14.175

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.581	-5.983
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.365	3.809
6.01.01.01	Resultado Líquido do Período	-8.600	-20.947
6.01.01.02	Impostos Diferidos	381	-137
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	3.673	3.807
6.01.01.04	Realização do Custo Atribuído	0	137
6.01.01.05	Movimentação de PCLD	-1.148	2.697
6.01.01.06	Constituição de Impairment - Impostos a Recuperar	0	6.406
6.01.01.07	Constituição Impairment - Imobilizado	0	11.844
6.01.01.08	Ajuste ao valor presente	236	0
6.01.01.09	Provisão para Contingências	93	2
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.946	-9.792
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	6.260	608
6.01.02.02	Títulos a Receber	1.104	-480
6.01.02.03	Estoques	-161	169
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-377	-324
6.01.02.05	Adiantamentos	-811	-398
6.01.02.06	Partes Relacionadas	-1.425	-23.094
6.01.02.07	Outros Créditos	-363	-699
6.01.02.08	Fornecedores	950	3.274
6.01.02.09	Obrigações Tributárias	2.271	1.160
6.01.02.10	Obrigações Sociais e Previdenciárias	802	679
6.01.02.11	Adiantamento de Clientes	281	9.310
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	415	3
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-616	-909
6.02.01	Aquisição de Ativos Imobilizados e Intangíveis	-649	-1.836
6.02.02	Baixa de Ativos Imobilizados	33	927
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.230	6.793
6.03.01	Operações com Empréstimos e Financiamentos	-121	-115
6.03.02	Distribuição de Dividendos	0	-6.872
6.03.03	Operações com Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio	-3.109	13.780
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-265	-99
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	270	352
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5	253

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	140.013	0	0	-20.057	7.926	127.882
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	140.013	0	0	-20.057	7.926	127.882
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.029	-318	-8.347
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.347	0	-8.347
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	318	-318	0
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	0	0	0	482	-482	0
5.05.02.07	Realização do Tributo Diferido	0	0	0	-164	164	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	140.013	0	0	-28.086	7.608	119.535

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.05.02.08	Distribuição de Dividendos cfe. 21ºAGO	0	0	-6.873	0	0	-6.873
5.05.02.09	Absorção das reservas pelo prejuízo acumulado	0	-4.612	-1.177	5.789	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	17.336	38.958
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.208	38.342
7.01.02	Outras Receitas	128	616
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.321	-46.290
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-17.321	-46.290
7.03	Valor Adicionado Bruto	15	-7.332
7.04	Retenções	-3.673	-3.807
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.673	-3.807
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.658	-11.139
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.977	1.618
7.06.02	Receitas Financeiras	1.977	1.618
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-1.681	-9.521
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-1.681	-9.521
7.08.01	Pessoal	4.064	5.278
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.086	-4.631
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.516	4.007
7.08.03.01	Juros	1.369	3.911
7.08.03.03	Outras	147	96
7.08.03.03.01	Variações Cambiais	15	72
7.08.03.03.20	Outras Despesas Financeiras	132	24
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-8.347	-14.175
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-8.347	-14.175

Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas o relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Terminais Portuários Ponta do Félix S/A relativos ao Exercício Findo em 30 de junho de 2018.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia iniciou o ano empreendendo um grande esforço para possibilitar a melhoria nas condições operacionais dos berços visando permitir a atracação dos navios em condições mais competitivas aos nossos clientes, com serviços de dragagem nos berços 01 e 02, intervenção que se iniciou em dezembro de 2017 e estendeu até o mês de junho do corrente ano.

Também neste ano, o cenário econômico no país apresentou índices positivos, muito em função das ações do governo que permitiram o aquecimento da economia, como exemplo, a acentuada redução taxa de juros. Os números de nossa Companhia não seguiram essa tendência, justificados tanto pela questão comercial como pela questão operacional, que foi afetada pela não realização da dragagem do canal de acesso, cuja licença foi emitida 08 de junho e ordem de serviço emitida em 26 de junho. A expectativa é que os serviços se iniciem ainda durante o mês de agosto.

Visão geral

A Companhia registrou, ao final do 2º trimestre de 2018, um prejuízo de R\$ 8.347 mil, contra um prejuízo de R\$ 14.175 mil no mesmo período de 2017.

Receitas operacionais

A receita operacional bruta ao final do 2º trimestre de 2018, uma redução de 56,55% em relação ao ano anterior, atingindo o montante de R\$ 15.997 mil no período, contra R\$ 36.817 mil referente ao mesmo de 2017.

Movimentação física

No primeiro semestre de 2018, a movimentação acumulada de graneis foi de 184 mil tons, e a movimentação total de 197 mil tons, sendo 120 mil tons de fertilizantes, 64 mil tons de farelo de soja e 13 tons de açúcar, diminuição de 73,70% em comparação ao primeiro semestre de 2017, quando foram movimentados 749 mil tons, sendo 527 mil tons de fertilizantes, 155 mil tons de farelo de soja e 67 mil tons de açúcar.

Investimentos

Os investimentos realizados pela Companhia em 2018 totalizaram no período R\$ 649 mil, e foram principalmente destinados à aquisição de máquinas e equipamentos, edificações e sistemas de segurança e controle visando a adequação do recinto alfandegado a legislação da Receita Federal, instalações de apoio às atividades operacionais e outras pequenas obras, que deverão possibilitar o crescimento das atividades nos próximos exercícios, bem como construções em andamento.

Comentário do Desempenho

Capital humano

Ao final do primeiro semestre de 2018 a Terminais Portuários Ponta do Félix S/A contava com 166 funcionários. Além de receberem rendimentos fixos e pacote de benefícios que contemplam seguro de vida, plano de saúde extensivo aos dependentes, entre outros. A movimentação de funcionário está resumida da seguinte forma:

	30.06.2018	30.06.2017
Número de Funcionários	166	206
Turnover do período	6,05%	8,44%

Desempenho ambiental

A Terminais Portuários Ponta do Félix S/A preza pelas melhores práticas de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, por isso mantém Programa de Gestão Ambiental que conta com as seguintes iniciativas:

- Educação Ambiental: Ações contra a dengue e limpeza de mangue;
- Campanha de Redução do Consumo de Água;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- Monitoramento de Emissões Atmosféricas;
- Controle de Vetores;
- Acompanhamento de Efluentes e Qualidade da Água: Monitoramento de água de lastro, projeto junco, monitoramento da água da baía e afluentes;
- Auditorias Ambientais, conforme Resolução CONAMA 306/2002;
- Plano de atendimento a emergências (PAE) e Plano de Emergência Individual (PEI) elaborados, em tramitação no IBAMA.

DIREITO DOS ACIONISTAS

Os Direitos dos Acionistas estão previstos no Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que trata do Capital Social e sua divisão, e também da autonomia da Companhia para aumentar seu capital independentemente de decisão da Assembleia até o limite de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, sendo 93.000.000 (noventa e três milhões) em ações ordinárias e 157.000.000 (cento e cinquenta e sete milhões) em ações preferenciais, todas nominativas e do tipo escritural, sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

PERSPECTIVAS PARA 2018

Com base nos parâmetros institucionais, investimentos, nas projeções de cargas dos principais clientes, revisamos a estimativa movimentação física de cargas para 2018 no montante de 1.173 mil toneladas.

Em termos de Receita Operacional Bruta, a previsão atualizada para 2018 o montante de R\$ 68,7 milhões, o que representa um crescimento de 12,98% sobre o realizado em 2017.

Antonina, 13 de agosto de 2018.

A Administração

Notas Explicativas



**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA
DO FÉLIX S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018**



Notas Explicativas

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas o relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Terminais Portuários Ponta do Félix S/A relativos ao Exercício Findo em 30 de junho de 2018.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia iniciou o ano empreendendo um grande esforço para possibilitar a melhoria nas condições operacionais dos berços visando permitir a atracação dos navios em condições mais competitivas aos nossos clientes, com serviços de dragagem nos berços 01 e 02, intervenção que se iniciou em dezembro de 2017 e estendeu até o mês de junho do corrente ano.

Também neste ano, o cenário econômico no país apresentou índices positivos, muito em função das ações do governo que permitiram o aquecimento da economia, como exemplo, a acentuada redução taxa de juros. Os números de nossa Companhia não seguiram essa tendência, justificados tanto pela questão comercial como pela questão operacional, que foi afetada pela não realização da dragagem do canal de acesso, cuja licença foi emitida 08 de junho e ordem de serviço emitida em 26 de junho. A expectativa é que os serviços se iniciem ainda durante o mês de agosto.

Visão geral

A Companhia registrou, ao final do 2º trimestre de 2018, um prejuízo de R\$ 8.347 mil, contra um prejuízo de R\$ 14.175 mil no mesmo período de 2017.

Receitas operacionais

A receita operacional bruta ao final do 2º trimestre de 2018, uma redução de 56,55% em relação ao ano anterior, atingindo o montante de R\$ 15.997 mil no período, contra R\$ 36.817 mil referente ao mesmo de 2017.

Movimentação física

No primeiro semestre de 2018, a movimentação acumulada de graneis foi de 184 mil tons, e a movimentação total de 197 mil tons, sendo 120 mil tons de fertilizantes, 64 mil tons de farelo de soja e 13 tons de açúcar, diminuição de 73,65% em comparação ao primeiro semestre de 2017, quando foram movimentados 749 mil tons, sendo 527 mil tons de fertilizantes, 155 mil tons de farelo de soja e 67 mil tons de açúcar.

Investimentos

Os investimentos realizados pela Companhia em 2018 totalizaram no período R\$ 649 mil, e foram principalmente destinados à aquisição de máquinas e equipamentos, edificações e sistemas de segurança e controle visando a adequação do recinto alfandegado a legislação da Receita Federal, instalações de apoio às atividades operacionais e outras pequenas obras, que deverão possibilitar o crescimento das atividades nos próximos exercícios, bem como construções em andamento.

Notas Explicativas

Capital humano

Ao final do primeiro semestre de 2018 a Terminais Portuários Ponta do Félix S/A contava com 166 funcionários. Além de receberem rendimentos fixos e pacote de benefícios que contemplam seguro de vida, plano de saúde extensivo aos dependentes, entre outros. A movimentação de funcionário está resumida da seguinte forma:

	30.06.2018	30.06.2017
Número de Funcionários	166	206
Turnover do período	6,05%	8,44%

Desempenho ambiental

A Terminais Portuários Ponta do Félix S/A preza pelas melhores práticas de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, por isso mantém Programa de Gestão Ambiental que conta com as seguintes iniciativas:

- Educação Ambiental: Ações contra a dengue e limpeza de mangue;
- Campanha de Redução do Consumo de Água;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- Monitoramento de Emissões Atmosféricas;
- Controle de Vetores;
- Acompanhamento de Efluentes e Qualidade da Água: Monitoramento de água de lastro, projeto junco, monitoramento da água da baía e afluentes;
- Auditorias Ambientais, conforme Resolução CONAMA 306/2002;
- Plano de atendimento a emergências (PAE) e Plano de Emergência Individual (PEI) elaborados, em tramitação no IBAMA.

DIREITO DOS ACIONISTAS

Os Direitos dos Acionistas estão previstos no Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que trata do Capital Social e sua divisão, e também da autonomia da Companhia para aumentar seu capital independentemente de decisão da Assembleia até o limite de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, sendo 93.000.000 (noventa e três milhões) em ações ordinárias e 157.000.000 (cento e cinquenta e sete milhões) em ações preferenciais, todas nominativas e do tipo escritural, sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

PERSPECTIVAS PARA 2018

Com base nos parâmetros institucionais, investimentos, nas projeções de cargas dos principais clientes, revisamos a estimativa movimentação física de cargas para 2018 no montante de 1.173 mil toneladas.

Em termos de Receita Operacional Bruta, a previsão atualizada para 2018 o montante de R\$ 68,7 milhões, o que representa um crescimento de 12,98% sobre o realizado em 2017.

Antonina, 13 de agosto de 2018.

A Administração

Notas Explicativas

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO
DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

Aos Administradores e Acionistas da
TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
Antonina - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da **TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.** (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses, findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as informações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Notas Explicativas**Ênfase**

- (i) Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que informa que o passivo circulante da Companhia em 30 de junho de 2018 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 42.056 mil. Essas condições, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1.
- (ii) Conforme nota explicativa 9, a Companhia, em 28 de março de 2018, mantém transações de mútuos (ativo) com partes relacionadas no montante de R\$ 60.013 mil que não são precificadas nas mesmas condições de mercado.
- (iii) Conforme nota explicativa 6.1, em 28 de março de 2018, a Companhia renegociou os valores a receber, oriundos de transações comerciais, com a empresa ligada Fortesolo Serviços Integrados Ltda. no montante de R\$ 11.250 mil concedendo um perdão de dívida de 50% sobre este crédito e com acordo para recebimento do saldo remanescente em 24 vezes sem juros, com vencimentos a partir do mês de abril de 2018. Na data da transação o resultado foi impactado com o reconhecimento de despesas no valor de R\$ 5.625 mil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Curitiba (PR), 08 de agosto de 2018.



ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP



MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9



Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		8.457	7.141
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	5	270
Contas a Receber de Clientes	6.1	3.389	3.550
Títulos a Receber	6.2	248	204
Estoques		818	657
Impostos a Recuperar	7	1.540	1.163
Adiantamentos	8	1.901	1.090
Despesas do Exercício Seguinte		556	207
NÃO-CIRCULANTE		176.890	185.405
Realizável a Longo Prazo		80.923	86.381
Contas a Receber de Clientes	6.1	1.662	7.997
Partes Relacionadas	9	60.013	58.831
Depósitos Judiciais	19	5.627	5.613
Impostos Diferidos	10.1	13.561	13.880
Cauções		60	60
Investimentos	11	230	230
Imobilizado	12	95.644	98.670
Intangível	13	93	124
TOTAL DO ATIVO		185.347	192.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		50.513	49.781
Fornecedores	14	13.503	12.553
Empréstimos e Financiamentos	15	33	144
Obrigações Tributárias	16	9.506	7.717
Obrigações Sociais e Previdenciárias		3.725	2.965
Provisões Contratuais - APPA		1.641	1.239
Adiantamentos de Clientes	17	12.857	12.576
Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio	18	9.192	12.301
Partes Relacionadas		-	243
Outras Obrigações		56	43
NÃO-CIRCULANTE		15.299	14.883
Empréstimos e Financiamentos	15	57	67
Obrigações Tributárias	16	8.561	8.079
Obrigações Sociais e Previdenciárias		42	-
Provisão para Contingências	19	2.747	2.654
Impostos Diferidos	10.2	3.892	4.083
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		119.535	127.882
Capital Social	20.a	140.013	140.013
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.b	7.608	7.926
Prejuízos Acumulados		(28.086)	(20.057)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		185.347	192.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS ENCERRADOS EM
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	15.997	36.817
Custos dos Serviços Prestados	22	(17.241)	(28.018)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		(1.244)	8.799
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(7.817)	(27.357)
Despesas Gerais e Administrativas	23	(4.939)	(9.224)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	24	(2.878)	(18.133)
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		(9.061)	(18.558)
Receitas Financeiras	25	1.977	1.618
Despesas Financeiras	25	(1.516)	(4.007)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(8.600)	(20.947)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.1	253	6.772
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(8.347)	(14.175)
Resultado por Ação (Em Reais)		(0,0361)	(0,0613)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADOS
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Investimentos	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2016	140.013	8.516	3.643	969	8.050	-	161.191
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	-	(14.175)	(14.175)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	(403)	-	-	-	403	-
Realização do Tributo Diferido	-	137	-	-	-	(137)	-
Distribuição de Dividendos cfe. 21º AGO	-	-	-	-	(6.873)	-	(6.873)
Absorção das reservas pelo prejuízo acumulado	-	-	(3.643)	(969)	(1.177)	5.789	-
Em 30 de junho de 2017	140.013	8.250	-	-	-	(8.120)	140.143
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(12.261)	(12.261)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	(491)	-	-	-	491	-
Realização do Tributo Diferido	-	167	-	-	-	(167)	-
Distribuição de Dividendos cfe. 21º AGO	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	140.013	7.926	-	-	-	(20.057)	127.882
Resultado do Período	-	-	-	-	-	(8.347)	(8.347)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	(482)	-	-	-	482	-
Realização do Tributo Diferido	-	164	-	-	-	(164)	-
Em 30 de junho de 2018	140.013	7.608	-	-	-	(28.086)	119.535

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ENCERRADOS EM
MÉTODO INDIRETO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2018	30/06/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Período	(8.600)	(20.947)
Ajustado por:		
Impostos Diferidos	381	(137)
Depreciação e Amortização	3.673	3.807
Realização do Custo Atribuído	-	137
Movimentação de PCLD	(1.148)	2.697
Constituição de Impairment - Impostos a Recuperar	-	6.406
Constituição Impairment - Imobilizado	-	11.844
Ajuste ao valor presente	236	-
Provisão para Contingências	93	2
Varição nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a Receber de Clientes	6.260	608
Títulos a Receber	1.104	(480)
Estoques	(161)	169
Impostos a Recuperar	(377)	(324)
Adiantamentos	(811)	(398)
Partes Relacionadas	(1.425)	(23.094)
Outros Créditos	(363)	(699)
Fornecedores	950	3.274
Obrigações Tributárias	2.271	1.160
Obrigações Sociais e Previdenciárias	802	679
Adiantamento de Clientes	281	9.310
Outras Contas a Pagar	415	3
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	3.581	(5.983)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Ativos Imobilizados e Intangíveis	(649)	(1.836)
Baixa de Ativos Imobilizados	33	927
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(616)	(909)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Operações com Empréstimos e Financiamentos	(121)	(115)
Distribuição de Dividendos	-	(6.872)
Operações com Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio	(3.109)	13.780
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	(3.230)	6.793
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(265)	(99)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	270	352
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	5	253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES ENCERRADOS EM
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Resultado Líquido do Exercício	(8.347)	(14.175)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	(8.347)	(14.175)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ENCERRADOS EM
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
(+) Receitas	17.336	38.958
Vendas de serviços	17.208	38.342
Outras receitas	128	616
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(17.321)	(46.290)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(17.321)	(46.290)
(=) Valor adicionado bruto	15	(7.332)
(-) Depreciação e amortização	(3.673)	(3.807)
(=) Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(3.658)	(11.139)
(+) Valor adicionado recebido em transferência	1.977	1.618
Receitas financeiras	1.977	1.618
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	(1.681)	(9.521)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	4.064	5.278
Impostos, taxas e contribuições	1.086	(4.631)
Remuneração de capitais de terceiros	1.516	4.007
Juros	1.369	3.911
Variações cambiais	15	72
Outras Despesas Financeiras	132	24
Remuneração de capitais próprios	(8.347)	(14.175)
Lucros retidos / Prejuízos do Período	(8.347)	(14.175)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	(1.681)	(9.521)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.

CNPJ 85.041.333/0001-11

Antonina- PR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia tem como objeto principal a administração do arrendamento, outorgado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA através do contrato nº 003, celebrado em 26.04.1995, realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares do serviço concedido, e ainda a implementação de projetos associados aos serviços portuários concedidos, (i) exploração, operação e administração de serviços portuários, (ii) exploração, operação e administração de serviços de transporte rodoviário, fluvial, marítimo e ferroviário, complementares ou não às atividades portuárias que gerencia serviços de armazém em geral, em instalações próprias ou de terceiros, (iii) prestação de serviços como agenciadora de seguro, agenciadora de frete, em atividades de marinha mercante, serviços de assistência técnica e outros ligados à infraestrutura portuária, tais como abastecimento de bordo, limpeza e higienização de navios, (iv) realização de atividades de importação e exportação de gêneros alimentícios, elaborados, semielaborados e in natura, equipamentos destinados à atividade portuária, (v) participação como sócia quotista ou acionista do capital de outras sociedades, mesmo quando o objeto social não coincidir, mediante aplicação de recursos próprios ou decorrentes de incentivos fiscais, (vi) constituir subsidiárias para a execução de atividades compreendidas no seu objeto, (vii) navegação de apoio marítimo e portuário e a realização de obras portuárias (marítimas e fluviais) e dragagem, dentre outros.

Atualmente, a Companhia atua somente na atividade de exploração, operação e administração de serviços portuários. A exploração da instalação portuária está regulamentada pela Lei nº 8.630/93 sob a modalidade de "uso público".

O oitavo termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal, publicado no Diário Oficial do Paraná em 17 de março de 2010, regulamenta o direito de compensação dos valores despendidos diretamente pela Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. para manutenção do canal de acesso de Antonina com as tarifas portuárias incidentes sobre suas operações.

Em 13 de abril de 2010, foi publicado no Diário Oficial da União o nono termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal que, entre outras determinações, altera a cláusula do contrato originalmente firmado que determina o prazo do arrendamento, ficando dessa forma a data de vencimento do período contratual alterada para 26 de abril de 2022, podendo ser prorrogado por mais um período de vinte e cinco anos.

O referido termo aditivo também regulamenta e atualiza outros temas constantes no instrumento originalmente assinado, que eram objeto de constantes discussões, como: área arrendada, cargas a serem movimentadas, valor do arrendamento e taxas portuárias, além das responsabilidades pela manutenção do canal de acesso ao terminal.

Notas Explicativas

Em 24 de março de 2016, foi publicado no Diário Oficial da União o Extrato do Termo Aditivo através do Processo 00045.002494/2014-54 referente ao 11º termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal que, entre outras determinações, tem como objeto a prorrogação antecipada e o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento nº 003/95, de 26 de abril de 1995, o qual rege o arrendamento de área de 267.309 m² (duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e nove metros quadrados), condicionado à realização dos investimentos novos propostos pela Terminais Portuários da Ponta do Felix S.A., necessários à readequação e modernização das estruturas físicas do terminal, com vistas à movimentação e armazenagem de todos os produtos na forma de carga geral solta, unitizada em contêiner, a granel sólido e líquido e veículos em regime de entreposto na modalidade de exportação, importação, inclusive DAC (Depósito Alfandegado Certificado) e cabotagem, à exceção de cargas estabelecidas como perigosas, de acordo com a IMCO (International Maritime Consulting Organization), produtos da classe I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX, na forma da Lei nº 12.815/13 e do Decreto nº 8.033/13.

De acordo com este novo termo aditivo, com a prorrogação antecipada, a vigência do Contrato de Arrendamento nº 003/95 fica prorrogada até 31 de dezembro de 2037.

Em 30 de junho de 2018 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 8.347 mil e apresentou naquela data capital circulante líquido negativo de R\$ 42.056 mil. Essas condições indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, consequentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as normas e procedimentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 23 de julho de 2018.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis estão estruturadas de acordo com as normas contábeis de uso corrente e de conformidade com as disposições vigentes na legislação societária, onde aplicável, apresentando-se de forma comparada com as do exercício anterior, inclusive, de acordo com a Lei nº 11.638/07.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em conta as seguintes e principais diretrizes:

3.1 - Instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Notas Explicativas

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido remanescente permanece nas reservas de lucros no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembleia dos acionistas.

3.2 Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Notas Explicativas

3.3 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.4 Investimentos

Os investimentos são mantidos ao valor de custo, visto que a empresa possui 10% das empresas coligadas.

3.5 - Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato de concessão, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Em 2016 ocorreu o redimensionamento da depreciação em razão da renovação antecipada do contrato de concessão. As estimativas de depreciação estão abaixo citadas.

Notas Explicativas

A média ponderada estimada de vida útil por grupo de bens do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativos são as seguintes:

Edifícios	21,58 anos
Máquinas e equipamentos	10,45 anos
Móveis e utensílios	10,11 anos
Veículos	5,00 anos
Tecnologia, processamento de dados e telefonia	5,00 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual foram ajustados em 31/12/2010.

3.6 - Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Custos de desenvolvimento capitalizados	5 anos
---	--------

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

3.7 - Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico.

Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC – Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.8 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Notas Explicativas

3.9 - Receita operacional

A receita da prestação dos serviços portuários no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

3.10 - Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, desenvolvimento ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.11 - Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12 - Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável às Companhias Abertas

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Notas Explicativas

3.13 - Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para impairment se necessária.

Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

3.14 - Adoção inicial aos novos pronunciamentos emitidos

Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

• CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma baseia-se no princípio de que as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços ao cliente. Esse CPC substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção".

• CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Esse CPC substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

3.15 - Novas normas e interpretações ainda não efetivas

• CPC 06 - Operação de Arrendamento Mercantil

Dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Administração da Companhia avaliou a norma e seus impactos e entende que a aplicação deste pronunciamento não irá gerar impacto significativo nas suas demonstrações contábeis, sejam elas no resultado do exercício, bem como em seu patrimônio líquido.

Notas Explicativas**NOTA 04 - JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em período subsequentes, podem diferir dessas estimativas

As políticas contábeis e áreas que requerem em maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) Impairment dos ativos imobilizados, intangíveis e ágio; e,
- d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

NOTA 05 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Caixa (a)	5	3
Banco do Brasil S.A.	-	267
Banco Itaú	-	-
Total	5	270

- (a) O montante de R\$ 5 e R\$ 3 representa o fundo fixo de caixa em 30/06/2018 e 31/12/2017 respectivamente.

NOTA 06 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E TÍTULOS A RECEBER**6.1 - Clientes a receber**

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Clientes nacionais	570	579
Clientes internacionais	45	117
Partes relacionadas (Nota 09) (a)	5.782	11.961
(-) Redução para créditos de liquidação duvidosa	(1.110)	(1.110)
(-) Ajuste ao valor presente	(236)	-
Total	5.051	11.547
Parcela Circulante	3.389	3.550
Parcela Não-Circulante	1.662	7.997
Total	5.051	11.547

Notas Explicativas

Composição das contas a receber por idade de vencimento:	30/06/2018	31/12/2017
A vencer	4.699	103
Vencidos de 01 a 30 dias	504	434
Vencidos de 31 a 180 dias	81	1.355
Vencidos há mais de 180 dias	1.113	10.765
(-) Redução para créditos de liquidação duvidosa	(1.110)	(1.110)
(-) Ajuste ao valor presente	(236)	-
Total	5.051	11.547

(a) Em 28 de março de 2018, a Companhia renegociou os valores a receber, oriundos de transações comerciais, com a empresa ligada Fortesolo Serviços Integrados Ltda. no montante de R\$ 11.250 mil concedendo um perdão de dívida de 50% sobre este débito e com acordo para recebimento do saldo remanescente em 24 vezes sem juros, com vencimentos a partir do mês de abril de 2018.

Composição das contas a receber por tipo de moeda:

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Reais (R\$)	5.340	12.540
Dólar Americano (US\$)	1.057	117
(-) Redução para créditos de liquidação duvidosa	(1.110)	(1.110)
(-) Ajuste ao valor presente	(236)	-
Total	5.051	11.547

6.2 - Títulos a receber

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Grow Fertilizantes Ltda.	241	742
Fênix Fertilizantes Ltda.	600	890
Reembolso Inframar	140	453
Outros	131	131
(-) Redução para créditos de liquidação duvidosa	(864)	(2.012)
Total	248	204

NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Créditos de Imposto de Importação e Impostos sobre Produtos Industrializados - Drawback (a)	6.046	6.046
Créditos de PIS (b)	466	466
Créditos de COFINS (b)	254	254
PIS a Recuperar	70	49
COFINS a Recuperar	305	225
CSLL por Estimativa a Compensar	81	81
IRPJ por Estimativa a Compensar	279	279
IRRF sobre mútuos – não efetivo	805	529
(-) Impairment Impostos a Recuperar (c)	(6.766)	(6.766)
Total	1.540	1.163

(a) A Companhia em 31 de agosto de 2008, reclassificou os valores registrados na conta Depósitos Judiciais passando para a conta Impostos a Recuperar. Esses valores se referem aos impostos pagos anteriormente, inerentes ao processo do Ato Concessório Drawback. As ações judiciais implementadas estão voltadas a desconstituir as autuações da Receita Federal do Brasil e visam a recuperação dos impostos pagos indevidamente.

Notas Explicativas

(b) Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia registrou créditos a recuperar referentes a PIS e COFINS não cumulativos recolhidos indevidamente sobre receita equiparada e receita de exportação, no período de 2003 a 2006. As bases legais para esse reconhecimento e registro estão suportadas pelos Assessores Jurídicos da Companhia e por resposta favorável à consulta formulada à Receita Federal do Brasil.

(c) Em 30 de junho de 2017, após nova avaliação junto aos assessores jurídicos sobre o Imposto de Importação e IPI - Drawback, o entendimento foi de que os valores discutidos se referem a contingências ativas, e mesmo havendo decisões favoráveis em outros processos idênticos, como ainda não há o transitado em julgado das ações remanescentes, a Companhia optou por criar *impairment* do referido valor.

Em 31 de dezembro de 2017, após nova avaliação junto aos assessores jurídicos sobre o PIS e COFINS recolhido a maior indevidamente, a Administração da Companhia decidiu por constituir *impairment* referente ao montante de R\$ 720 mil, por entender que é baixa a expectativa de realização dos créditos.

NOTA 08 - ADIANTAMENTOS

Descrição		30/06/2018	31/12/2017
OGMO – PR	Gestão de Mão-de-obra	151	760
LLGA	Adiantamento contratual	440	-
MPAX - Logística	Assessoria Comercial Açúcar	311	-
LAMS Assessoria	Assessoria Comercial Farelo	231	-
Forte Seg.	Serviço de Segurança	132	-
MZ Equipamentos	Locação de Equipamentos	149	149
Outros	Outros	487	181
Total		1.901	1.090

NOTA 09 - PARTES RELACIONADAS

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídos entre as partes relacionadas, oriundas de prestações de serviços de operações portuárias, armazenagem e de mútuos ativos. Os saldos em aberto de transações com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

Ativo	Natureza da operação	30/06/2018	31/12/2017
Fortenave Agenciamento Marítimo S.A.	Comercial (i)	71	221
Fortesolo Serviços Integrados Ltda.	Comercial (i)	4.699	10.897
Uralkali Trading	Comercial (i)	1.012	843
Total Contas a Receber (Nota 06)		5.782	11.961
Interbulk Ltda.	Mútuo (ii)	3.924	4.270
Agriter Agronegócios Ltda.	Mútuo (ii)	2.055	1.999
Equiplan Participações S.A.	Mútuo (ii)	48.465	47.145
Fortesolo Serviços Integrados Ltda.	Mútuo (ii)	5.569	5.417
Total Empréstimos a Receber		60.013	58.831

Notas Explicativas

Passivo	Natureza da operação	30/06/2018	31/12/2017
Uralkali Trading (Nota 17)	Comercial (i)	7.000	3.976
Total Passivo		7.000	3.976

As transações com partes relacionadas, devido a características específicas dos contratos, não são precificadas nas mesmas condições de mercado e, conseqüentemente, não são compatíveis às operações com empresas que não são partes relacionadas. Dessa forma são pactuadas em condições particulares entre as respectivas partes.

(i) Transações comerciais: As operações entre as empresas referem-se a agenciamento e serviços de operação portuária.

(ii) Mútuo: a Companhia possui contratos de mútuos ativos com as empresas acionistas e coligadas. Os montantes foram liberados nos meses março/2016, abril/2016, setembro/2016, dezembro/2016, fevereiro/2017, maio/2017 e junho/2017 e o prazo de liquidação do valor mutuado é de 60 (sessenta) meses, sendo facultado o pagamento antecipado total ou parcial da dívida, que deverá ser corrigida a partir da data de assinatura até o momento do efetivo pagamento pela variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo);

NOTA 10 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**10.1 - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos**

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Ativo Diferido sobre Base Negativa (a)	5.839	5.839
Ativo Diferido sobre Diferenças Temporárias (b)	7.722	8.041
Total Ativo Fiscal Diferido Contabilizado	13.561	13.880

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre Base Negativa

Os créditos tributários de IRPJ e CSSL foram constituídos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa de imposto de renda e contribuição social, devidamente registrados no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Observado o CPC 32 - Receita sobre os Lucros, a Companhia, atendendo aos critérios pré-estabelecidos do comunicado técnico, registrou parcela dos créditos tributários diferidos sobre esses prejuízos fiscais e base negativa de CSSL, levando em consideração a estimativa de projeção de resultado tributável para realização destes créditos tributários.

No período findo em 30 de junho de 2018, os créditos tributários apresentavam a seguinte composição:

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Prejuízos fiscais acumulados	76.522	76.522
Alíquotas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.017	26.017
Parcela não reconhecida (i)	(20.178)	(20.178)
Total Ativo Fiscal Diferido Contabilizado	5.839	5.839

(i) São reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável para qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensadas. A reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Notas Explicativas

Desconsiderando fatores pontuais que afetaram positivamente e negativamente o resultado da Companhia no exercício e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o aumento do nível atual das operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2018, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

Descrição	R\$ mil
2018	336
2019	592
2020	649
2021	708
2022	772
2023	839
2024	911
2025	1.032
Total	5.839

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre diferenças temporárias

Descrição	R\$ mil
Impairment – Impostos a Recuperar	6.766
Impairment – Imobilizado	12.963
Provisão para Contingências	2.747
Ajuste ao valor presente – Contas a receber	236
Total de Diferenças Temporárias	22.712
Alíquota	34%
Total	7.722

10.2 - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos

Os créditos tributários de IRPJ e CSSL foram constituídos sobre os custo atribuído e revisão da vida útil do imobilizado.

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre passivos é a seguinte:

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Diferido	2.862	3.002
Contribuição Social Diferida	1.030	1.081
Total	3.892	4.083

NOTA 11 - INVESTIMENTOS

Composto por investimento na empresa Interbulk Ltda. no valor de R\$ 230 mil, referente à participação de 10%, registrado pelo custo de aquisição, posteriormente ajustado em razão da reavaliação dos projetos.

Notas Explicativas

NOTA 12 – IMOBILIZADO

	Terrenos e Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Benfeitorias	Imobilizado em Andamento	Impairment Máq. E Equip.	Total
<u>Em 31 de dezembro de 2016</u>								
Custo	166.420	25.745	1.068	3.797	39	4.716	(70)	201.715
Dep. Acumulada	(73.614)	(7.379)	(703)	(2.560)	(27)	-	-	(84.283)
Valor líquido contábil	92.806	18.366	365	1.237	12	4.716	(70)	117.432
(+) Adições	1.433	474	5	148	-	955	-	3.015
(-) Baixas	(22.224)	(38)	(13)	(27)	-	(41)	(12.893)	(35.236)
(+/-) Transferências	2.612	-	-	-	-	(2.612)	-	-
(-) Depreciação	(6.138)	(1.912)	(104)	(499)	(2)	-	-	(8.655)
(+) Baixas da Depreciação	22.094	7	13	-	-	-	-	22.114
Saldo Final	90.583	16.897	266	859	10	3.018	(12.963)	98.670
<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>								
Custo	148.241	26.181	1.060	3.918	39	3.018	(12.963)	169.494
Dep. Acumulada	(57.658)	(9.284)	(794)	(3.059)	(29)	-	-	(70.824)
Valor Líquido Contábil	90.583	16.897	266	859	10	3.018	(12.963)	98.670
(+) Adições	375	38	-	3	40	193	-	649
(-) Baixas	-	(33)	-	-	-	-	-	(33)
(+/-) Transferências	2.612	-	-	-	-	(2.612)	-	-
(-) Depreciação	(2.356)	(991)	(32)	(255)	(8)	-	-	(3.642)
Saldo Final	91.214	15.911	234	607	42	599	(12.963)	95.644
<u>Em 30 de junho de 2018</u>								
Custo	151.228	26.186	1.060	3.921	79	599	(12.963)	170.110
Dep. Acumulada	(60.014)	(10.275)	(826)	(3.314)	(37)	-	-	(74.466)
Valor Líquido Contábil	91.214	15.911	234	607	42	599	(12.963)	95.644

Notas Explicativas**NOTA 13 – INTANGÍVEL**

	Software	Marcas e Patentes	Total
<u>Em 31/12/2016</u>			
Custo	563	11	574
Amortização Acumulada	(415)	-	(415)
Valor líquido contábil	148	11	159
(+) Adições	27	-	27
(-) Amortização	(62)	-	(62)
Saldo Final	113	11	124
<u>Em 31/12/2017</u>			
Custo	590	11	601
Amortização Acumulada	(477)	-	(477)
Valor Líquido Contábil	113	11	124
(-) Amortização	(31)	-	(31)
Saldo Final	82	11	93
<u>Em 30/06/2018</u>			
Custo	590	11	601
Amortização Acumulada	(508)	-	(508)
Valor Líquido Contábil	82	11	93

NOTA 14 – FORNECEDORES

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	13.503	12.553
Total	13.503	12.553

Composição das contas a pagar por idade de vencimento:

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
A vencer	1.315	2.455
Vencidos de 01 a 30 dias	1.893	990
Vencidos de 31 a 180 dias	2.655	6.653
Vencidos há mais de 180 dias	7.640	2.455
Total	13.503	12.553

Composição das contas a pagar por tipo de moeda:

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Reais (R\$)	13.503	12.553
Total	13.503	12.553

Notas Explicativas**NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Descrição	Encargos (a.a.)	Moeda	Vencimento	30/06/2018	31/12/2017
Finame BNDES (a)	7%	Reais (R\$)	15.05.2018	-	87
Finame BNDES (b)	5%	Reais (R\$)	15.01.2020	90	124
Total				90	211
Parcela Circulante				33	144
Parcela Não-Circulante				57	67
Total de Empréstimos e Financiamentos				90	211

(a) Finame contratado para aquisição de duas máquinas pá carregadeiras, modelo L70 utilizadas na movimentação de granéis. O financiamento está garantido pelos bens financiados;

(b) Finame contratado para aquisição de três máquinas escavadeiras hidráulicas, modelo 312DL utilizadas na movimentação de granéis e manutenção da área portuária. O financiamento está garantido pelos bens financiados.

Os empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
ISS a recolher (a)	7.965	6.650
INSS a recolher	112	75
IR a recolher	135	90
PIS a recolher	20	16
COFINS a recolher	239	189
IOF a recolher	503	503
Parcelamento fiscal Imposto de Renda e Contribuição Social (b)	1.737	1.709
Outros impostos a recolher	440	288
Parcelamento PERT (c)	6.126	6.276
Outros Parcelamentos	790	-
Total	18.067	15.796
Parcela Circulante	9.506	7.717
Parcela Não-Circulante	8.561	8.079
Total de Obrigações Tributárias	18.067	15.796

(a) O montante de R\$ 7.965, em 30 de junho de 2018, referente a ISS a Recolher, parte a Companhia vem efetuando depósito judicial em razão do processo administrativo, em que se discute a legalidade da suspensão do direito da dedução de créditos de ISS calculados sobre os serviços contratados e executados a bordo dos navios estrangeiros da base de cálculo do ISS devido sobre o faturamento.

(b) A Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses "REFIS IV" dos débitos referentes a procedimentos administrativos tributários, Execuções Fiscais nº 193/2006; 20/2005 e 43/2005 totalizando o montante de R\$ 5.590 sendo que parte desse valor, no montante de R\$ 2.614, correspondentes a execução fiscal 43/2005, encontrava-se provisionado na rubrica de provisão para contingências. A Companhia, com base na Lei nº 11.941, liquidou valores correspondentes a multas de mora e de ofício e a juros moratórios com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social. O valor atual consolidado do parcelamento é de R\$ 1.737 mil.

Notas Explicativas

- (c) Em 14 de novembro de 2017 a Companhia realizou a adesão ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária. A adesão ao PERT foi validada pela Receita Federal do Brasil, porém ainda não divulgou a consolidação do mesmo.

NOTA 17 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os contratos de alguns clientes preveem dois tipos de adiantamentos: recebimentos antecipados de operações de navios e adiantamentos contratuais.

Descrição	Tipo	30/06/2018	31/12/2017
Uralkali Trading S.A. (Nota 09)	Contratual	7.000	3.976
CP Global Trading L.L.	Contratual	4.772	6.524
Agriter Agronegócios Ltda.		1.000	1.000
Outros		85	1.076
Total		12.857	12.576

NOTA 18 - CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO

A Companhia contratou operação de Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio, para antecipação de recebíveis no valor líquido de R\$ 21.724 mil sendo o valor bruto acordado R\$ 30.073 mil descontados R\$ 8.349 mil referente despesas da operação. O prazo acordado para pagamento é de dois anos, encerrando em agosto de 2019, a taxa de 17,27% ao ano. O saldo atualizado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 9.192 mil.

O contrato de cessão tem por objeto, no contexto da operação de securitização, a cessão onerosa da integralidade dos Direitos Creditórios do Agronegócio, a prestação de serviços de logística e embarque de açúcar ensacado de 200.000 (duzentas mil) toneladas durante os anos de 2017/2018 para a Copersucar Trading A.V.V.

A responsabilidade na liquidação dos títulos é da Vert Companhia Securitizadora que adquiriu os direitos creditórios do agronegócio.

Como evento subsequente, no dia 10 de julho de 2018 ocorreu o distrato do contrato de Cessão de Direitos de Creditórios do Agronegócio, onde a Vert Companhia Securitizadora recebeu o montante devido pela Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. através da Copersucar Trading A.V.V. que irá receber o montante em forma de serviços portuários.

NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Nas ações cíveis, trabalhistas e tributárias são realizadas análises individuais dos mesmos. Considerando o potencial de perda, os mesmos são classificados em provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda, mediante estimativa confiável do advogado responsável pelo processo. Os valores das contingências são provisionados a 100% do valor provável de perda.

Os processos classificados com o potencial de perda remoto não são provisionados e/ou divulgados.

Provisão	30/06/2018	31/12/2017
Trabalhistas	2.198	2.230
Tributários	219	94
Cíveis	330	330
Total	2.747	2.654

Notas Explicativas

As ações judiciais cuja probabilidade de perda considerada possível pelos assessores jurídicos da Companhia monta o valor de R\$ 11.138 mil, em 30 de junho de 2018. A Companhia mantém registrados depósitos judiciais no montante de R\$ 5.627 mil que estão representados por processos favoráveis a Companhia, ainda em tramitação:

Depósito Judicial	30/06/2018	31/12/2017
Trabalhistas	2.675	2.675
Tributários	2.658	2.644
Cíveis	294	294
Total	5.627	5.613

NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

A Companhia tem como capital autorizado, independente de reforma estatutária, 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, sendo 93.000.000 (noventa e três milhões) de ações ordinárias e 157.000.000 (cento e cinquenta e sete milhões) de ações preferenciais, todas nominativas e do tipo sem valor nominal.

O Capital subscrito e integralizado corresponde ao montante de R\$ 140.013 representados por 231.387 mil ações nominativas, divididas em 85.937 mil ações ordinárias e 145.450 mil ações preferências, sem valor nominal.

Acionistas	Qtde.	Valor	%
Equiplan	192.352	116.392	83,13%
Fortesolo	29.345	17.757	12,68%
Agriter	9.590	5.803	4,14%
Outros	100	61	0,04%
Total	231.387	140.013	100,00%

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta conta está registrado especificamente o efeito de custo atribuído ao Ativo Imobilizado, com base no ICPC – 10, respectiva realização e os impostos diferidos:

Descrição	30/06/2018
Saldo anterior do ajuste avaliação patrimonial	7.926
(-) Realização do Custo Atribuído	(482)
(+) Realização do Tributo Diferido	164
Saldo final do ajuste de avaliação patrimonial	7.608

(c) Destinação do lucro

Nos termos do Art. 23, itens I, II e III do estatuto social, os lucros serão destinados da seguinte forma:

I – 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal até que atinja a 20% (vinte por cento) do Capital Social.

II – 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo mínimo obrigatório, ajustado de acordo com o art. 202 da Lei 6.404/76.

Notas Explicativas

Reservas de lucro

Os saldos remanescentes terão a aplicação determinada pela Assembleia, segundo o Art. 23 item III: III – O remanescente, se houver, será colocado à disposição da Assembleia

Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme determinado no estatuto social da Companhia e na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas. Foi distribuído o saldo remanescente do lucro líquido apurado em 2016, no valor de R\$ 6.873 mil.

NOTA 21 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Prestação de serviços	17.208	38.342
Reembolso prestação de serviços	128	616
(+) Total de receita	17.336	38.958
(-) Impostos sobre vendas	(855)	(2.141)
(-) Descontos Incondicionais	(248)	-
(-) Ajuste a valor presente	(236)	-
(-) Total de deduções	(1.339)	(2.141)
Receita Operacional Líquida	15.997	36.817

As receitas referentes ao primeiro semestre de 2018 apresentam um acentuado declínio motivado por questões comerciais e pela realização da dragagem nos berços de atracação, o que dificulta a movimentação de navios.

NOTA 22 - CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Serviços de terceiros	(5.420)	(12.952)
Materiais	(5)	(15)
Taxas	(180)	(777)
Utilidades e Serviços	(326)	(470)
Arrendamentos	(1.857)	(2.329)
Material de Uso e Consumo	(106)	(1.458)
Custos com pessoal	(2.613)	(3.327)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(399)	(1.421)
Depreciações e Amortizações	(3.673)	(3.807)
Manutenção civil e infraestrutura	(1.903)	(354)
Locação de Equipamentos	(467)	(429)
Outros Custos Operacionais	(292)	(679)
Total	(17.241)	(28.018)

Notas Explicativas**NOTA 23 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com pessoal (a)	(798)	(839)
Remuneração pessoal chave (a)	(653)	(1.112)
Serviços e utilidades	(1.636)	(2.477)
Despesas com deslocamentos	(48)	(193)
Despesas com materiais	(39)	(55)
Despesas com taxas	(170)	(141)
Contingências / atualizações	(255)	(35)
Despesas com seguros	(296)	(343)
Despesas com informática	(337)	(459)
Contribuições e sindicatos	(276)	(285)
Responsabilidade social	(12)	(69)
Gastos com veículos	(68)	(63)
Meio-ambiente	(188)	(297)
Créditos Incobráveis – PCLD	-	(2.697)
Outras despesas gerais e administrativas	(163)	(159)
Total	(4.939)	(9.224)

(a) Despesa com pessoal e Remuneração do pessoal - chave da administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No ano de 2018, as despesas com esses administradores totalizaram R\$ 653. O pessoal-chave da Administração são as pessoas que possuem autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da Companhia, incluindo os diretores e conselheiros. O total de despesas com pessoal está apresentado abaixo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Salários e verbas contratuais	(451)	(401)
Honorários diretoria e conselhos	(653)	(1.112)
Contribuições para previdência social	(73)	(167)
Obrigações legais	(274)	(271)
Total	(1.451)	(1.951)

NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Impairment - Ativo (Impostos a recuperar e imobilizado)	-	(17.891)
Recuperação de impostos	-	1
Recuperação de despesas operacionais	1.481	39
Perdas na alienação de imobilizado	-	(282)
Perdão de Dívidas	(5.625)	-
Outros	1.266	-
Total	(2.878)	(18.133)

Notas Explicativas

NOTA 25 - RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Descontos obtidos	4	4
Variação cambial ativa	137	100
Atualização Monetária – Mútuos Ativos	1.836	1.514
(+) Receitas Financeiras	1.977	1.618
Despesas bancárias	(13)	(24)
Juros Pagos	(1.369)	(3.911)
Multas	(119)	-
Variação cambial passiva	(15)	(72)
(-) Despesas Financeiras	(1.516)	(4.007)
Resultado financeiro	461	(2.389)

NOTA 26 - APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada pelo lucro real. O imposto de renda e contribuição social do período são calculados com base na alíquota de 15% acrescidos de 10% adicional sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 milhões para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa social limitada a 30% do lucro real.

NOTA 27 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para a qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação de seu desempenho. A Companhia atua no segmento portuário tendo como operação principal a carga e descarga de navios. A administração entende que as operações portuárias e de armazenagem contemplam uma única condição negocial e/ou operacional, sendo caracterizado unidade geradora de caixa única.

NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco cambial.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Companhia está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros.

Essa nota descreve em todos os objetivos, políticas e processos da Companhia para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Valores a receber;
- Caixa e bancos;
- Contas a pagar a fornecedores e outras;
- Empréstimos bancários a taxas fixas.

Objetivos, políticas e processos gerais

A Companhia possui Conselho de Administração e Conselho Fiscal, como órgãos colegiados.

É órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da Companhia.

Risco comercial

O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço). A Companhia não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza.

Risco da taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa

A Companhia não está exposta ao risco da taxa de juros de fluxo de caixa que surge de empréstimos de longo prazo a taxas variáveis. A política atual da Companhia, quando aplicável, estabelece que os valores a pagar de leasing financeiro são empréstimos de taxa fixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Caixa e equivalentes	5	253
Valores a receber	5.299	20.109
Total	5.304	20.362

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Notas Explicativas

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Fornecedores	13.503	12.553
Total	13.503	12.553

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para os valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras.

Análise de Sensibilidade

Descrição	Saldo em 30/06/2018	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Contas a Receber em Moeda Estrangeira (i)	1.057	793	529
Total	1.057	793	529

(i) Os cenários preveem a desvalorização da moeda nos percentuais supracitados.

NOTA 29 – IMPAIRMENT

	Contas a Receber	Imobilizado	Impostos a Recuperar	Total
Em 31 de Dezembro de 2016	(423)	(70)	-	(493)
(-) Constituição	(2.699)	(12.893)	(6.766)	(22.358)
Em 31 de Dezembro de 2017	(3.122)	(12.963)	(6.766)	(22.851)
(-) Constituição	(318)	-	-	(318)
(+) Reversão	1.466	-	-	1.466
Em 30 de junho de 2018	(1.974)	(12.963)	(6.766)	(21.703)

NOTA 30 – COBERTURA DE SEGUROS

Natureza	R\$ mil
Responsabilidade civil	20.000
Bens móveis e imóveis	136.486

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

Aos Administradores e Acionistas da
TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
Antonina - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses, findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as informações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

(i) Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que informa que o passivo circulante da Companhia em 30 de junho de 2018 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 42.056 mil. Essas condições, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1.

(ii) Conforme nota explicativa 9, a Companhia, em 28 de março de 2018, mantém transações de mútuos (ativo) com partes relacionadas no montante de R\$ 60.013 mil que não são precificadas nas mesmas condições de mercado.

(iii) Conforme nota explicativa 6.1, em 28 de março de 2018, a Companhia renegociou os valores a receber, oriundos de transações comerciais, com a empresa ligada Fortesolo Serviços Integrados Ltda. no montante de R\$ 11.250 mil concedendo um perdão de dívida de 50% sobre este crédito e com acordo para recebimento do saldo remanescente em 24 vezes sem juros, com vencimentos a partir do mês de abril de 2018. Na data da transação o resultado foi impactado com o reconhecimento de despesas no valor de R\$ 5.625 mil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações

intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Curitiba (PR), 08 de agosto de 2018.

ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6404/76 examinaram as Demonstrações Financeiras referentes ao 2º ITR 2018 encerrado em 30 de junho de 2018. Com base nas análises periódicas, nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia e no Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido pela Martinelli Auditores, datado de 08 de agosto de 2018, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos refletem a posição econômica e financeira da Companhia, estando em condições à apreciação e à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Antonina, 13 de agosto de 2018.

Luiz Afonso Baldissera
Presidente do Conselho Fiscal

Conselheiros:

Valmir Ramos Avelino

Antonio Joaquim da Silva Neto

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores da TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S/A, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob nº 85.041.333/0001-11, com sede na Rua Engenheiro Luiz Augusto de Leão Fonseca, nº 1520, Antonina, Paraná, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas, referente ao 2º ITR de 2018, findo em 30 de junho de 2018.

Antonina, 13 de agosto de 2018.

Gilberto Birkhan
Diretor Presidente

Fabiano Alves Ramos
Diretor de Relações com Investidores Diretor Administrativo e Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores da TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S/A, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob nº 85.041.333/0001-11, com sede na Rua Engenheiro Luiz Augusto de Leão Fonseca, nº 1520, Antonina, Paraná, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente as demonstrações financeiras do 2º ITR de 2018 findo em 30 de junho de 2018.

Antonina, 13 de agosto de 2018.

Gilberto Birkhan
Diretor Presidente

Fabiano Alves Ramos
Diretor de Relações com Investidores Diretor Administrativo e Financeiro